FUNIL

CNPJ nº 07.063.921/0001-42

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A PCH Funil com capacidade instalada total de 22,5 MW, e a comercial plena em 127.370 MWh /ano, beneficiando aproximadamente 190 mil pessoas. A receita bruta de vendas em 2012 foi de R$ 23,3 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R$ 11,1 milhões. À Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2012 E DE 2011 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	31/12/12	31/12/11
Circulante		3.799	5.383
Caixa e equivalentes de caixa	5	593	2.050
Contas a receber	6	3.107	3.162
Impostos a compensar		52	138
Despesas antecipadas		37	27
Adiantamentos a funcionários		10	6
Não circulante		85.611	87.737
Ativos vinculados - BNDES	7	2.672	2.850
Depósitos judiciais		78	78
Imobilizado	8	82.825	84.551
Diferido	9	36	250
Intangível		-	8
Total do ativo		89.410	93.120
Passivo			
Circulante		9.681	9.273
Fornecedores		819	716
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		17	16
Impostos e contribuições a recolher		279	298
Provisão para férias e 13º salário		67	69
Outros passivos		52	9
Dividendos a pagar	10	2.060	1.710
Financiamentos	11	6.387	6.455
Não circulante		41.214	47.259
Financiamentos	11	41.214	47.259
Patrimônio líquido	12	38.515	36.588
Capital social		28.187	28.187
Reserva legal		1.843	1.288
Reserva de retenção de lucros		7.909	-
Reserva de dividendo adicional proposto		-	7.113
Reserva especial		576	-
Total do passivo		89.410	93.120

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 E DE 2011 *(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)*

	Nota	31/12/12	31/12/11
Receita líquida de vendas	14	22.505	21.059
Custos da venda de energia		(4.038)	(4.404)
Meio ambiente		(47)	(241)
Operação e manutenção		(757)	(869)
Taxas setoriais		(75)	(72)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(714)	(682)
Seguros		(108)	(110)
Depreciação e amortização		(2.337)	(2.430)
Lucro bruto		18.467	16.655
Despesas operacionais	15	(2.053)	(1.786)
Despesas administrativas e gerais		(1.798)	(1.587)
Outras despesas operacionais		(255)	(199)
Lucro antes do resultado financeiro		16.414	14.869
Despesas financeiras	16	(4.846)	(5.549)
Receitas financeiras	16	345	454
Resultado financeiro		(4.501)	(5.095)
Lucro antes dos impostos		11.913	9.774
Imposto de renda	17	(530)	(521)
Contribuição social	17	(283)	(274)
Lucro líquido do exercício		11.100	8.979
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R$		0,4210	0,3406
Quantidade de ações ao final do exercício	12	26.365.055	26.365.055

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 E DE 2011 *(Em milhares de reais)*

		Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/10 (Reapresentado)	26.365	789	-	3.700	-	1.004	31.858
Aumentos de capital mediante capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital	1.822	-	-	-	-	-	1.822
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(3.700)	-	-	(3.700)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	8.979	8.979
Destinações							
Reserva legal	-	499	-	-	-	(499)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(1.710)	(1.710)
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	(661)	(661)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	7.113	-	(7.113)	-
Saldos em 31/12/11	28.187	1.288	-	7.113	-	-	36.588
Dividendos distribuídos	-	-	-	(7.113)	-	-	(7.113)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.100	11.100
Destinações							
Reserva legal	-	555	-	-	-	(555)	-
Reserva especial	-	-	-	-	576	(576)	-
Reserva retenção de lucro	-	-	7.909	-	-	(7.909)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(2.060)	(2.060)
Saldos em 31/12/12	28.187	1.843	7.909	-	576	-	38.515

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 E DE 2011 *(Em milhares de reais)*

	Nota	31/12/12	31/12/11
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		11.913	9.774
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	16	4.560	5.221
Baixa de imobilizado		13	1.400
Depreciação e amortização		2.337	2.430
Lucro ajustado		18.823	18.825
Variações nos ativos e passivos			
Redução em ativos vinculados - BNDES		178	209
Redução (aumento) em contas a receber		55	(731)
Aumento (redução) em impostos a compensar		86	(9)
Redução (aumento) de despesas antecipadas		(10)	2
Redução (aumento) em adiantamentos a funcionários		(4)	8
Aumento em fornecedores		103	58
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		1	3
Aumento em outras obrigações		43	9
Redução em impostos e contribuições a recolher		(19)	3
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(805)	(795)
Redução (aumento) na provisão para férias e 13º salário		(1)	52
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		18.450	17.634
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		(409)	(1.461)
Baixa de intangível		(2)	(2)
Aquisição de diferido		-	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(411)	(1.464)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos antecipadamente		-	(661)
Dividendos pagos	12	(8.823)	(3.700)
Financiamentos pagos	11	(6.056)	(6.057)
Juros pagos sobre financiamentos	11	(4.617)	(5.245)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(19.496)	(15.663)
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		(1.457)	507
Demonstração da redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		2.050	1.543
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		593	2.050
		(1.457)	507

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 E DE 2011 *(Em milhares de reais)*

	Nota	31/12/12	31/12/11
1. Receita bruta de vendas		23.358	21.846
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14	23.358	21.846
2. Insumos adquiridos de terceiros		2.197	2.502
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		1.700	1.973
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		497	529
3. Valor adicionado bruto (1-2)		21.161	19.344
4. Depreciação e amortização		2.337	2.430
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		18.824	16.914
6. Valor adicionado recebido em transferência		345	454
Receitas financeiras	16	345	454
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)		19.169	17.368
8. Distribuição do valor adicionado		19.169	17.368
Pessoal		1.185	977
Remuneração direta		1.010	829
Benefícios		98	86
F.G.T.S		77	62
Impostos, taxas e contribuições		1.961	1.822
Federais		1.948	1.809
Estaduais		9	13
Municipais		4	-
Remuneração de capitais de terceiros		4.923	5.590
Juros	16	4.560	5.221
Aluguéis		76	41
Outras		287	328
Remuneração de capitais próprios		11.100	8.979
Dividendos		2.060	2.371
Lucros retidos		9.040	6.608

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 E 2011 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional: A Funil Energia S.A. ("Companhia") é uma subsidiária direta da PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico. A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nºs 361/1999 e 191/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Guanhães, no Município de Dores do Guanhães, em Minas Gerais, com capacidade de licença instalada de 22,5 Mw e uma linha de transmissão de 35 km de extensão. A contratação de energia gerada é feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de maio de 2008. Em 4 de março de 2008, através do Despacho ANEEL nº 840, e em 6 de março de 2008, através do Despacho ANEEL nº 864, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, respectivamente, ambas com potência instalada de 11,25 Mw, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 22,5 Mw e energia assegurada de 127,3 MWh. O término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. 2.2. Bases de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo. ii. Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. iii. Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. b. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente. c. Imobilizado: Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável *(impairment)* acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Considerando a conclusão das obras e o início das operações em março de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como

base de mensuração do ativo fixo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. d. Depreciação: A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL a PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação da autorização, considerando inclusive as Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização da PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC 04 e OCPC 05. Autorização e indenização: A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (ver Nota explicativa no.1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. e. Diferido: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início de sua operação pelo prazo de cinco anos. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido existente até a sua realização total por meio de amortização. f. Valor recuperável de ativos: O imobilizado e o diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisão para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação. g. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. h. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. i. Receita operacional: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. j. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. k. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita bruta para apuração da base de cálculo são: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. l. Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. m. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuível aos acionistas sobre as ações ordinárias em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2012 e 2011. n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

Emissão	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após:
IFRS 10	"Demonstrações Contábeis Consolidadas" (*Consolidated Financial Statements*). Estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (*Joint Arrangements*). Estabelece os princípios para reporte financeiro de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades" (*Disclosure of Interests in Other Entities*). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração a Valor Justo" (*Fair Value Measurement*). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (*Presentation of Items of Other Comprehensive Income*). Requer que sejam agrupados em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (*Employee Benefits*). A nova versão do IAS 19 elimina o "método do corredor" para reconhecimento de ganhos ou perdas atuarias, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e, amplia os requerimentos de divulgação sobre planos de benefícios definidos.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações – Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (*Disclosures – Offesetting Financial Assets and Financial Liabilities*). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
Emendas aos IFRS 9 e7	"Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição" (*Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*). Postergam a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

A Administração da Companhia espera que nenhum desses novos Pronunciamentos tenham efeito material sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **4. Gerenciamento de risco:** A Companhia avaliou e considerou relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O contas a receber de clientes é formado por um único cliente - Eletrobrás via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6. • Risco mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos - TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado. • Risco operacional: O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 19. • Risco de liquidez: A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDI) a taxas que variam de 96,5% a 101,5% em bancos de primeira linha. Assim, a Companhia garante um caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. • Risco de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,5% do CDI, conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 5. Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 11. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na Nota Explicativa nº 18. • Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

5. Caixa e equivalentes de caixa:	**31/12/12**	**31/12/11**
Bancos	25	7
Aplicação financeira	568	2.043
	593	2.050

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Banco Santander e Banco do Brasil, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **6. Contas a receber:** Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. A Companhia registra o valor a receber referente à energia faturada conforme contratada pelo PROINFA. O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% dos contas a receber passados e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, inexistindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis. **7. Ativos vinculados - BNDES:** O saldo registrado em 31 de dezembro de 2012, refere-se aos recursos recebidos pelas controladas indiretas, decorrentes da venda de energia gerada, e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Conforme descrito na Nota explicativa nº 11, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição, pelas controladas, de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira no Fundo BB Comercial 17, de liquidez imediata e baixo risco, junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta poderá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento. Segue composição dos saldos por empresa.

8. Imobilizado: a) Composição do imobilizado:

Descrição	Taxas média ponderada de depreciação % (*)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/12 Líquido	31/12/11 Líquido
Direitos sobre imóveis de terceirose terrenos	0,00%	2.132	-	2.132	2.132
Turbina hidráulica	2,50%	5.843	687	5.156	6.497
Conduto forçado	3,13%	3.891	593	3.298	3.422
Gerador	3,33%	6.448	937	5.511	5.725
Comporta	3,33%	856	139	717	747
Subestação unitária	3,57%	9.173	1.519	7.654	7.981
Estrutura de tensão	3,57%	4.600	605	3.995	4.159
Casa de força produção hidráulica	2,00%	32.552	3.183	29.369	29.971
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	19.783	1.820	17.963	18.229
Adiantamento a fornecedores	0,00%	2.514	-	2.514	1.103
Outros	3,65%	5.297	781	4.516	4.585
		93.089	10.264	82.825	84.551

(*) As taxas de depreciação utilizadas até 31 de dezembro de 2011, sofreram alterações a partir de 1º de janeiro de 2012, conforme determinações da Resolução ANEEL nº 474/2012. O impacto ocorrido no resultado em função desta mudança de taxas não é relevante. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos.

b) Movimentação do custo

Descrição	Saldo em 31/12/10 (reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/11
Terrenos	314	6	-	1.812	2.132
Máquinas e equipamentos:					
Turbina, transformador, estrutura e condutor de tensão	19.689	100	-	(6.093)	13.696
Disjuntor, painel, mesa de comando e transformador	3.040	-	-	(573)	2.467
Conduto forçado	10.084	-	-	(6.193)	3.891
Gerador, comporta, ponte rolante e transformador de serviços auxiliares	11.919	-	-	(4.195)	7.724
Subestação unitária	33	-	-	9.140	9.174
Sistema de proteção contra incêndio	32	-	-	(3)	29
Para-raios	259	-	-	(210)	49
Estrutura de tensão e sistema de comunicação	10.783	-	-	(10.783)	-
Sistemas de alimentação de energia e de ar-condicionado	128	-	-	(47)	81
Outras máquinas e equipamentos	10	-	-	32	42
Móveis e utensílios	6	-	-	(6)	-
Instalações:					
Casa de força, reservatório e barragem	34.327	866	(1.326)	18.271	52.138
Tomada d'água, urbanização e benfeitorias	1.601	-	-	(1.513)	88
Sistema de comunicação local	-	-	-	25	25
Sistema dados meteorológicos/ hidrológicos	-	-	-	19	19
Computadores e periféricos	12	2	-	22	35
Adiantamentos a fornecedores	395	487	(74)	295	1.103
	92.632	1.461	(1.400)	-	92.693

c) Movimentação do custo no período:

Descrição	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	31/12/12
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	2.132	-	-	-	2.132
Turbina hidráulica	7.166	-	-	(1.323)	5.843
Conduto forçado	3.891	-	-	-	3.891
Gerador	6.448	-	-	-	6.448
Comporta	856	-	-	-	856
Subestação unitária	9.173	-	-	-	9.173
Estrutura de tensão	4.600	-	-	-	4.600
Casa de forca produção hidráulica	32.508	44	-	-	32.552
Reservatório, barragem, adutora	19.630	166	(13)	-	19.783
Adiantamento a fornecedores	1.103	88	-	1.323	2.514
Outros	5.186	111	-	-	5.297
	92.693	409	(13)	-	93.089
Depreciação	(8.141)	(2.446)	323	-	(10.264)
Saldo	84.552	(2.037)	310	-	82.825

9. Diferido: Os gastos pré-operacionais R$36 em 31 de dezembro de 2012 (R$250 em 31 de dezembro de 2011) incluem basicamente despesas administrativas e de remuneração e encargos dos funcionários e da Administração, os quais serão amortizados no prazo de cinco anos desde março de 2008 (data de início das operações da Companhia). **10. Transações com partes relacionadas:** O controle final da Companhia é exercido pelos acionistas Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A. e Eletroriver S.A.), visto que estes são acionistas diretos da Brasil PCH S.A. (controladora direta da PCH Participações S.A.), conforme estabelecido em acordo de acionistas. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de distribuição de dividendos da Companhia para sua controladora.

	31/12/12	31/12/11
Passivo circulante:	2.060	1.710
PCH Par Participações S.A - Dividendos a pagar	2.060	1.710

Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de abril de 2012, foi aprovada a remuneração global líquida da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2012 em, no máximo, R$60 (R$50 em 2011). A Diretoria da Companhia é composta por dois diretores com remuneração anual de R$29 mil.

11. Financiamentos:	**Indexador**	**31/12/12**	**31/12/11**
BNDES:	TJLP + 3,5% a.a.		
Principal		38.217	44.273
Encargos		9.384	9.441
Total		47.601	53.714
Parcela de curto prazo		6.387	6.455
Parcela de longo prazo		41.214	47.259
Total		47.601	53.714

Em 13 de abril de 2006, a Companhia, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Total
2014	5.888
2015	5.888
2016	5.888
2017	5.888
2018	5.888
2019 a 2020	11.774
	41.214

Mutação dos financiamentos em 2012

Saldo inicial	53.714
Encargos provisionados	4.560
Pagamentos	(10.673)
Saldo final	47.601

As garantias são conforme se segue: (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta da Companhia, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Brasil PCH S.A., da PCH Participações S.A. e da Funil Energia S.A. até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos; (iii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A., que atua como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos dessa operação; e (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada no item (iii) acima. Com vistas a atender cláusula do contrato de financiamento com o BNDES, segue-se o demonstrativo do Índice de Capitalização Próprio (ICP),calculado conforme contrato, em 31 de dezembro de 2012:

Patrimônio líquido	38.515
Total do ativo	89.410
ICP	43,08%

O índice apurado na data é superior ao ICP de 20% exigido pelo BNDES. **12. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R$28.187. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social subscrito e integralizado é de R$28.187 e está representado por 26.365.055 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas: Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. Reserva especial: Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76. Reserva de retenção de lucros: Constituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. c) Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2012, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2011, no montante de R$8.823. Os dividendos referentes ao exercício de 2012 foram calculados conforme segue:

Lucro do exercício	11.100
(-) Reserva legal	(555)
(=) Base de cálculo do dividendo	10.545
Dividendos obrigatórios	2.636
(-) Reserva especial	576
(-) Dividendos obrigatórios a pagar	2.060
(-) Reserva de retenção de lucros	7.909

13. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída.

14. Conciliação da receita operacional líquida:	**31/12/12**	**31/12/11**
Receita operacional bruta	23.358	21.846
Venda de energia elétrica	23.358	21.846
Deduções à receita operacional	(853)	(787)
PIS	(152)	(140)
COFINS	(701)	(647)
Receita operacional líquida	22.505	21.059

15. Despesas administrativas, gerais e outras operacionais:	**31/12/12**	**31/12/11**
Despesas com pessoal operacional	905	743
Despesas com pessoal administrativo	554	455
Serviços de terceiros (auditoria e consultorias)	242	327
Viagens	116	143
Publicação	38	33
Arrendamentos e aluguéis	76	41
Outras despesas	122	44
	2.053	1.786

16. Resultado financeiro:	**31/12/12**	**31/12/11**
Despesas financeiras:	(4.846)	(5.549)
Despesas bancárias	(8)	(328)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(4.560)	(5.221)
Outras despesas	(278)	-
Receitas financeiras:	345	454
Rendimentos de aplicações em renda fixa	339	447
Outras receitas	6	7
Resultado financeiro	(4.501)	(5.095)

17. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/12		31/12/11	
	IR (*)	CSLL	IR (*)	CSLL
Receita bruta	23.358	23.358	21.846	21.846
(-) Descontos incondicionais (ajuste financeiro)	-	-	(299)	(299)
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	345	345	454	454
Base de cálculo	2.214	3.148	2.180	3.042
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	530	283	521	274

(*) Até o limite de R$240 mil a alíquota do IR é de 15%.

18. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto apresentam a deterioração dos preços considerando oscilação na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a essa mesma data.

			Cenário		
Operação	Risco	Real 31/12/12	Provável 12 meses	Possível 25%	Remoto 50%
Aplicação financeira	Baixa do CDI	568	609	598	588
Ativos vinculados ao BNDES	Baixa do CDI	2.672	2.863	2.815	2.767

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia considera que os instrumentos financeiros passivos não representam riscos relevantes, uma vez que, conforme cláusula específica do contrato firmado junto ao BNDES, a variável de risco inerente à operação, a TJLP, não poderá ser superior a 6%. **19. Cobertura de seguro:** Seguro de responsabilidade civil: A Companhia contratou cobertura de seguro para indenizações por danos civis no montante de R$6.119, com vigência até 28 de abril de 2013, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerada suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Seguro de operação: Em 28 de abril de 2012, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R$97.193, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **20. Autorização para conclusão das demonstrações contábeis:** A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2013.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Abelardo Martins de Mello - Diretor; **Márcio Barata Diniz** - Diretor
Contador: Natália Moreira dos Santos - CRC RJ - 104518/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Funil Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações contábeis da Funil Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Conforme mencionado na nota explicativa n° 8, a Companhia calculou a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão (OCPC 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2012, o ativo imobilizado e o patrimônio liquido estão aumentados em, aproximadamente, R$9.769 mil e o lucro do período está aumentado em, aproximadamente, R$2.306 mil. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Funil Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. *Auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011:* As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 10 de fevereiro de 2012, contendo a seguinte modificação de opinião: *"Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia calculou a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão (OCPC 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011, o ativo imobilizado e o patrimônio liquido estão aumentados em, aproximadamente, R$7.463 mil e o lucro do exercício está aumentado em, aproximadamente, R$2.016 mil".*

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2013

Deloitte.
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5